

# Acordo com o FMI prevê

BRASÍLIA — O Governo brasileiro acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao concluir ontem as negociações para a elaboração da quinta Carta de Intenções do programa de ajustamento econômico do País, uma inflação de 194 por cento em 84, disseram fontes governamentais.

Como se previa, a missão não concordou com a revisão da meta de expansão anual da base monetária (emissão de moeda) de 50 para cem por cento, mas aceitou um índice de 95 por cento, bem acima do limite de 80 por cento que defendia.

A meta de 95 por cento, válida também para os meios de pagamento (dinheiro em poder do público mais depósitos à vista nos bancos), exige transferência de Cr\$ 7 trilhões do orçamento fiscal para o monetário. O Governo chegou a prever transferências de Cr\$ 7,4 trilhões a Cr\$ 7,5 trilhões, na fase das negociações em que o FMI não estava disposto a admitir um crescimento de mais de 80 por cento para a base monetária.

A meta operacional do setor público (descontadas as correções monetária e cambial) foi ampliada de um superávit de 0,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,5 por cento. Este aumento se deve à con-

tenção imposta ao orçamento monetário. Para o déficit público nominal (incluídas as correções), foi fixado um índice de 17 por cento do PIB em dezembro, contra 18 por cento previstos inicialmente. Com isto, o déficit nominal totalizará Cr\$ 66 trilhões no fim de 84, revelou ao GLOBO o Chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann.

Nas negociações sobre a meta de 95 por cento para a base monetária, que consumiram a maior parte das seis reuniões (num total de 25 horas) mantidas entre o Governo e o Fundo, ficou acertado que a recomposição dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais estaduais junto às autoridades monetárias significará um impacto de Cr\$ 1,3 trilhão no saldo da base, no fim do ano.

Com relação ao déficit da Previdência Social, outro importante ponto em discussão, deverá atingir Cr\$ 1,2 trilhão até dezembro. Deste total, Cr\$ 200 bilhões serão cobertos com transferências do orçamento fiscal e o restante, por emissão de moeda.

Os empréstimos do Banco do Brasil, em 84, estarão sujeitos a um teto de 110 por cento sobre o saldo do fim do ano passado. O limite fixado anteriormente era de 58 por cento. Foram mantidas as prioridades à agricultura e às exportações.

inflação de 194% para 84